

Telejornalismo: efeitos para o bem e para o mal¹

Alfredo Vizeu²

Laerte Cerqueira³

Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE

Resumo

Nos últimos tempos, os debates sobre a cobertura da mídia dos fatos e acontecimentos políticos tomou conta do País. Entre os questionamentos ao telejornalismo, a falta de isenção, o uso de concessões públicas em prol de interesses empresariais e partidários. Sem dúvida, a mídia contribuiu para o processo de impeachment de Dilma Rousseff, ocultando fatos, distorcendo notícias e construindo uma trama de fatos que levaram a que o impeachment chegasse ao Senado. O telejornalismo apresenta um aspecto hegemônico de reforço ao *status quo*. No entanto, ele também pode ser um poderoso instrumento de educação e formação do cidadão, instrumento de aperfeiçoamento da democracia. São estes efeitos para o bem. Um lugar de referência que pode e deve cumprir sua função pedagógica, com bases éticas, enfrentando as questões trazidas pelo poder e pela política.

Palavras-chave: Telejornalismo; função pedagógica, lugar de referência.

A mídia golpista

Uma das expressões que mais ouvimos neste ano foi “mídia golpista”. Manifestos da sociedade, de entidades de classe, do mundo acadêmico, dos movimentos sociais, entre outros grupos, que criticaram, duramente, a cobertura jornalística das grandes corporações midiáticas ao processo de impeachment de Dilma Rousseff, em particular, os telejornais; mais precisamente o Jornal Nacional, da Rede Globo.

A forma como a imprensa cobriu os fatos que dizem respeito à questão, de uma maneira basicamente unilateral, detendo-se fortemente nos aspectos negativos de Dilma Rousseff, contribuiu de uma forma relevante para que processo de impeachment avançasse. Para construção de uma realidade (BERGER, P.; LUCKMANN, T., 2005a). A cobertura apresentou o que consideramos uma série de omissões que prejudicaram a presidente afastada. Omissões que, a nosso ver, mereceram uma série de críticas, das quais compartilhamos. Elas trouxeram ao cenário nacional os velhos slogans como: “O povo não

¹Trabalho apresentado no GP de Jornalismo, XVI Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação

² Prof. Dr. Programa de Pós-Graduação PPGCOM/UFPE. Coordenador do Núcleo de Jornalismo e Contemporaneidade do Programa. a.vizeu@yahoo.com.br

³ Doutorando em Comunicação pela Universidade Federal de Pernambuco. Mestre em Letras pela Universidade Federal da Paraíba. Pesquisador do Núcleo de Jornalismo e Contemporaneidade da UFPE. Email: laertecerqueira@hotmail.com

é bobo. Fora a Rede Globo” e nos estimularam a refletir, mais uma vez, sobre o papel da mídia telejornalística nesse processo.

A preocupação central do Jornalismo, no caso o Telejornalismo, deve ser com a busca da verdade, símbolo da responsabilidade que os jornalistas têm com os efeitos da sua atuação; com a reconfiguração dos discursos mundanos. E, ainda, com a luta incessante por uma atuação ética, com qualidade da informação e pluralidade de versões. Parece-nos que muitos desses “ingredientes” acabaram faltando nas reportagens sobre o impeachment. Alguns erros que observamos e que comprometem a função social, central da atividade jornalística, relacionada com a defesa, a garantia do exercício da cidadania e a busca da informação correta e precisa. Na cobertura do processo de impeachment, identificamos o que podemos denominar de *apresentação parcial de uma realidade*. Na qual, aspectos que podem permitir a compreensão mais ampla dos fatos são omitidos, dificultando e simplificando o entendimento da questão. Um *Silêncio* que é suprimir determinadas informações cujo conhecimento poderia em dúvida o quadro ideológico sustentado pelos detentores dos meios de comunicação social. (GOMES, 2006)

Finalmente, temos os vazios sugestivos que consistem em apresentar parcialmente fatos de maneira que o usuário preencha, em determinada linha com sua imaginação, os vazios voluntariamente produzidos. E uma forma de produzir um erro em que assiste, sem que este esteja incluído no texto (GOMES, 2006). Foi o que vimos em algumas coberturas.

Não está em jogo aqui posições ideológicas, ser a favor ou contra ao impeachment, mas enxergar na cobertura lacunas que geraram efeitos de sentidos preocupantes quando se credita ao trabalho jornalístico ser o transmissor da verdade dos fatos (ALSINA, 2009). Como exemplo, damos a divulgação da contagem feita por organizadores e policiais nos vários protestos de rua realizados pelo país, a favor e contra o impeachment. Ficaremos, no entanto, nos dias 14 e 19 de março, quando o Jornal Nacional fez comparações entre o público que estava nas manifestações. No caso do dia 14 (Figura 1), destacou-se o aumento do número de pessoas que foi às ruas na manifestação anterior. Como dissemos, registros não confiáveis. Grosso modo, na “ânsia” de quantificar o número de pessoas nas ruas, os jornalistas deram ênfase a números suspeitos, sem ressaltar método de análise. Mesmo cientes de que ambos os organizadores dos movimentos e a polícia militar deduziam, os números foram exaustivamente usados para criar uma realidade duvidosa.

O mesmo aconteceu quando em vários dias seguidos, o telejornal fez uma outra comparação. No dia 19 (Figura 2), não bastasse a contagem duvidosa, o jornal comparou os números de pessoas nas ruas, sem levar em conta que tudo aconteceu em momentos distintos, dias, horários, com perfis de públicos e a dinâmica de transporte, na cidade, diferente. Um movimento aconteceu durante o domingo, o outro numa quinta-feira, no fim da tarde e início da noite.

Em nenhum momento, mesmo sendo dados relevantes, os jornais ampliaram o olhar. Preferiram focar na comparação claramente superficial que criou uma *realidade parcial*, sem que vissemos no produto jornalístico o rigor que uma cobertura daquelas, primordial para a sociedade.

Figura 1 – Comparação de 2015/2016



Figura 2 – Comparação dia 19/03/2016



Fonte: Rede Globo – reportagem veiculada no Jornal Nacional

A afirmação das várias entidades brasileiras ligadas à academia, a pesquisa e aos movimentos sociais de que ocorreu, no Brasil, este ano, foi um golpe não está longe de ser verdade. A imprensa não cumpriu seu dever de buscar ampliar o olhar para chegar a verdade, ou melhor, as verdades. Dado o grau de importância, deveria ter se preocupado mais com o resultado de comparações que citamos acima. Grosso modo, deu força à versão que criminalizava a presidente, que atribuía a sua gestão o cenário de corrupção do país, bem como estava na sua conta a crise econômica. Estimulou o sentimento de descontentamento social, sem referenciais confiáveis, como aconteceu com os números estimados de manifestantes.

Para Ekström (2002), as formas narrativas nos dão uma estrutura, na qual é possível descrever algo com uma medida verdadeira, mas também pode nos ajudar a criar contextos e significados em eventos, num único sentido ou distorcendo o sentido principal. Registrou o pesquisador: “The circumstance that all descriptions of reality are social and rhetorical constructions does not mean that all such construction are equally true”. (EKSTRÖM,2002,

p.10). A nossa preocupação neste trabalho é tentar mostrar, a partir deste contexto, que o Jornalismo, o Telejornalismo, não tem apenas efeitos para o mal, mas pode ser utilizado, mesmo que hoje seja poucas vezes, em brechas, rupturas dos noticiários televisivos, para o bem da sociedade. Se em muitos momentos ele manipula e distorce a realidade, em outros, a ação jornalística tem como preocupação central a busca criteriosa pela ação responsável.

Nesse sentido, a própria Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), em nota oficial, 09 de dezembro de 2015, sobre as questões envolvendo o impeachment enfatiza que a preocupação central do Jornalismo é o compromisso com a verdade. Essa função do Jornalismo também é reforçada pela Associação Brasileira dos Pesquisadores de Jornalismo (SBPJor), em março de 2016, em que defende a atividade jornalística tem função e papel importantes em defesa da democracia e à garantia do exercício da cidadania.

Acreditamos que o telejornalismo pode ser utilizado de uma forma educativa e na formação de cidadãos e cidadãs. É claro que não somos ingênuos em defender no quadro atual isso vem ocorrendo. No entanto, trabalhamos com a possibilidade que na luta diária dos jornalistas, da sociedade e dos movimentos sociais podemos lutar nas ruas, nas Praças, em todos os espaços para garantirmos um telejornalismo livre e democrático. É sempre bom lembrar que a televisão e o rádio são concessões públicas. Como bem observa Paulo Freire:

“Ao pensar sobre o problema dos chamados meios de comunicação, portanto, fica claro, logo assim de saída, que me sinto um homem do meu tempo. Não sou contra a televisão. Acho, porém, que é impossível pensar o problema dos meios sem pensar a questão do poder. O que vale dizer: os meios de comunicação não são bons, nem ruins em si mesmos. Servindo-se de técnicas, eles são o resultado do avanço da tecnologia, são expressões da criatividade humana, da ciência desenvolvida pelo ser humano. O problema é perguntar a serviço de quê e a serviço de quem os meios de comunicação se acham. E esta é uma questão que tem a ver com o poder e que é política, portanto. A convicção que tenho, é a de que, resolvida essa situação, de fato problemática, do ponto de vista técnico você tem solução.” (FREIRE e GUIMARÃES, 1984. p.14)

Concordamos com Freire (1984) a televisão é um forte instrumento em de fortalecimento da democracia. E o telejornalismo ocupa um papel importante nesse processo: “O ontem vira agora; o amanhã já está feito. Tudo muito rápido. Debater o que se diz e o que se mostra e como se mostra na televisão me parece algo cada vez mais importante.” (FREIRE, 2000, p.109.)

Uma das questões importantes a levar em conta no telejornalismo hoje é a participação cada vez a participação das audiências comunicativas (MORAGAS, 1983) que

para fins deste trabalho chamaremos também de audiência participativa, interativa e público. São homens e mulheres que interagem com a televisão. Não são agentes passivos.

Uma pesquisa publicada pelo Instituto Vox Populi e divulgada na coluna de Carlos Coimbra, na sua coluna no site de Carta Capital, mostra que o público não é ingênuo quanto ao chamado apartidarismo da mídia. A pesquisa revela que 53% dos entrevistados não consideram que a “grande” mídia trate os partidos de forma equitativa, dos quais 26% acham que ela ataca o PT, 11% o PSDB e 16% não têm opinião.

A pesquisa mostra ainda que a maioria dos que consideram que a mídia é “apartidária” é formada por antipetistas. É apenas nesse grupo que a taxa daqueles que acreditam na neutralidade ultrapassa a metade: quase 60% afirmam que os meios de comunicação “tratam todos da mesma maneira”. Apenas por se identificarem com o antipetismo que nela percebem.(COIMBRA, 2016). Ou seja, a audiência com a qual interagimos não é ingênuo. Diferente de outros tempos ela passa a avançar no sentido de ter a clareza de quem é quem no emaranhado da mídia brasileiro. O telejornalismo não é o inimigo principal da sociedade brasileira, mas instrumento de empresários autoritários, de ação inescrupulosa, que procuram usar a ferramenta midiática para controle social.

Qual é a saída diante deste quadro? Ao nosso ver passa pela resistência jornalistas, que consideramos ser uma espécie de enunciador pedagógico, que deve resistir e não se curvar diante das pressões editoriais, organizacionais e da ação política (TRAQUINA, 2005). São eles, os detentores da capacidade de interpretar o mundo com fé de ofício e ação responsável. É isso que se espera dele, numa atuação independente ou sob a ordem discursiva empresarial. Numa outra frente, é preciso, com apoio da sociedade, discutir e estabelecer leis mais democráticas de controle da mídia. É uma das brechas que mencionamos.

Enfatizando a televisão, é uma concessão pública é e os últimos acontecimentos mostram que é preciso lutar para estabelecermos políticas democráticas que atendam aos interesses da sociedade. A tevê privada hoje nas mãos das classes dominantes representa uma força contra a qual temos que lutar constantemente (BOURDIEU, 1997). No entanto, isso não impede que nas redações os jornalistas continuem lutando pela busca da verdade, lutando contra silêncios acusatórios, vozes potencializadas, distorções político-ideológicas, forças organizacionais. Diante dos duelos nas rotinas produtivas (ALSINA, 2009) é preciso encontrar o ponto de aproximação máxima com a verdade.

. Para Tambosi (2005), o jornalismo enquadra-se no que podemos chamar de conhecimento proposicional, possuidor dos três elementos: crença, verdade e justificação (se existe, pode ser justificado), por isso, “humano por excelência, desenvolvido por um ser capaz de linguagem e reflexões sobre si próprio e sobre a realidade” (2005, p.33). A base de construção do conhecimento jornalístico é a informação correta, verdadeira, justificada, que se crê e quando ela não o é, por motivos diversos, como interesses escusos de fontes de informação, por exemplo, toda construção é colocada em xeque. O conhecimento autônomo é colocado na berlinda. Tambosi aproxima a verdade jornalística da teoria da correspondência, pressupondo que a verdade de uma proposição consiste em sua relação com o mundo, isto é, em sua correspondência com fatos ou estados de coisa” (2005, p.36). A questão é que essa relação, dependente apenas da declaração de outrem, pode não nos fornecer os elementos com total comprovação. Afinal, segundo Tabosi, “quanto mais depender exclusivamente de fontes, mas difícil será sustentar que seja uma forma de conhecimento autônoma” (TAMBOSI, 2005, p. 37). Por isso, dualar com essa complexidade: interesses de fontes, ação política, tempo podem prejudicar a realidade que construída, modificadora.

Alguns dizem que não é possível os jornalistas resistirem. É desconhecer a história dos jornalistas de televisão no Brasil. O Jornal de Vanguarda, da TV Excelsior, dirigido pelo jornalista Fernando Barbosa Lima em plena ditadura militar brasileira resistiu bravamente até quando foi editado o AI 5 e os jornalistas decidiram fechar o telejornal. O jornalista Wladimir Herzog, diretor da TV Cultura, foi duramente torturado em 1970 até morrer. A morte dele não foi em vão. Os porões da ditadura começavam a ser revelados.

Claro que essa luta, num cenário político e socialmente diferente de hoje, não precisa chegar a tanto. Mas é a partir desse ideal de resistência e reponsabilidade com a enunciação que entendemos o Jornalismo. Não existe um bom e um mau Jornalismo, mas o Jornalismo que tem como preocupação a ética e a qualidade da informação. “Interpreta a realidade social para que as pessoas possam entende-la, adptar-se a ela e modificá-a. O Jornalismo pode ser considerado um método de interpretação sucessiva da realidade social”. (GOMIS,1991).

Dentro desta perspectiva de audiência comunicativa que apresentamos aqui, nos limites do trabalho, lembramos que ela é algo que ganha cada vez mais força no telejornalismo, tanto na interação como num olhar crítico sobre o mesmo.

Ainda sobre a audiência, vale resgatar um outro olhar sobre esse público, essa *audiência potente* (MESQUITA, 2014), capaz de propor novos agendamentos, questionamentos, estabelecendo uma relação com os veículos de comunicação, misturando-se aos processos produtivos e às rotinas jornalísticas. “A audiência, com característica de reação, atua comentando as notícias, complementando-as e até corrigindo-as, e, muitas vezes, com um olhar crítico para o tipo de abordagem utilizada pelo veículo de comunicação.

Um lugar de referência

Um outro aspecto a ser levado em conta no telejornalismo é o que denominamos de *lugar de referência*. (VIZEU e CORREIA, 2007). Quando propomos esse conceito temos como hipótese que o jornalismo televisivo representa um “lugar” para os brasileiros muito semelhante ao da família, dos amigos, da escola, da religião e do consumo. Assistimos à televisão e vemos o mundo, ele está, ele nos vê.

Como explica Giddens (2003), as rotinas diárias desempenham um papel central na sociedade. Por isso defende que a confiança na continuidade do mundo objetivo e no tecido da atividade social depende de certas conexões especificáveis entre os indivíduos e os contextos dos quais se movimenta no cotidiano. A seguridade ontológica mostra a fé que a maior parte dos seres humanos tem na continuidade de sua identidade própria e na “estabilidade” dos meios circundantes de ação social e material. A crença na fidelidade das pessoas e das coisas, essencial a noção de confiança, é fundamental para os sentimentos de segurança ontológica.

Hoje diante de sociedades cada vez mais complexas, como um lugar de referência, o telejornalismo poderia contribuir para a orientação de homens e mulheres no mundo moderno.

“Uma palavra a respeito dos meios de comunicação de massa desde a atividade editorial até a televisão: como já se observou muitas vezes e acertadamente, essas instituições desempenham um papel-chave na orientação moderna de sentido, ou melhor, na comunicação de sentido. São intermediadoras entre a experiência coletiva e a individual, oferecendo interpretações típicas para problemas definidos como típicos. Tudo o que as outras instituições produzem em matéria de interpretações da realidade e de valores, os meios de comunicação selecionam, organizam (empacotam), transformam, na maioria das vezes no curso desse processo, e decidem sobre a forma de sua difusão”. (BERGER e LUCKMANN, 2005b, p.68)

Os trabalhos no campo da recepção no Brasil também apontam nessa perspectiva da televisão como um lugar de referência num estudo sobre a recepção entre jovens universitários cariocas:

“Eu me perguntava, no início deste trabalho, se os jovens assistiam ao *Jornal Nacional* e o que eu faria durante a pesquisa, descobrisse que eles não vêem. Mas, aos poucos, não só fui confirmando o quanto o *JN* é uma referência também para eles, como é fonte de sentimentos os mais variados, que vão do amor ao ódio, jamais da indiferença”. (TRAVANCAS, 2007, p.88)

Travancas (2007) explica que, na pesquisa, constatou que o JN, como parte de um sistema mais amplo de comunicação, pode afetar e influenciar o conjunto de informações e conhecimentos que esses jovens adquirem, assim como seus projetos pessoais. Ou seja, o telejornal é um lugar de referência para esses jovens num mundo cada vez mais conturbado. Como acrescenta a autora: “Não é à toa que alguns comentavam que, embora o jornal mostrasse tragédias e notícias negativas, assistir a ele dava uma sensação de tranquilidade. E comentavam que viam o JN também para relaxar de suas rotinas estressantes e corridas de uma grande metrópole”. (TRAVANCAS, p.95-96)

Portanto, a produção jornalística está inserida na sociedade como uma “criação” dela e, ao mesmo tempo, instrumento de sua reconstrução. Sua função determinante força o diálogo necessário. Há quem vá além. Lembrando que a estrutura narrativa semelhante ao drama e faz o telejornalismo e sua dramaturgia “ter ocupado papel central de fonte de informação e de identificação na sociedade contemporânea” (COUTINHO e MUSSE, 2009, pag.19)

Outros dois aspectos que podem contribuir com a sociedade a partir do telejornalismo são a *comunidade imaginada* e o *laço social*. Como observa Wolton (2004), os noticiários televisivos funcionaram um *laço social*. Segundo o autor os laços primários que dizem respeito à família, à vizinhança, à solidariedade de classe, à pertinência religiosa tornam-se cada vez mais distantes resultando numa fragilidade nas relações entre a massa e o indivíduo, entre a massa e as pessoas. É nessa ausência de um espaço sociocultural entre a experiência do indivíduo e do coletivo que se situa o interesse pela televisão. Ela funcionaria como um laço estruturante. O País se veria como uma Nação, como uma comunidade imaginada (ANDERSON, 2008).

É o que de certa forma ocorre no País nas transmissões dos grandes eventos midiáticos como as Olimpíadas e as eleições. Os milhões de brasileiros e brasileiras que acompanharam a cobertura estabeleceram, de certa forma, uma relação de pertencimento a uma *comunidade*, a uma Nação chamada Brasil. Eles sabiam que naquele instante, em outras cidades, e em outros Estados, cidadãos que eles provavelmente nunca encontrarão são brasileiros que nem ele. O telejornalismo funciona, assim, como um *lugar de referência*.

Os efeitos para o bem

Se o telejornalismo tem esse papel central e nele o mundo possível (ALSINA, 2009) é representado por meio de um noticiário possível (FERRÉ, 2004) temos uma tarefa importante: colocar uma lupa naqueles exemplos de ações telejornalísticas que contribuem para que essa forma de conhecimento cumpra seu papel transformador na sociedade. Não basta apenas sentir a dor das patologias, reclamar, mas é preciso buscar nelas os anticorpos para combater o que consideramos o mal. Os estudos do jornalismo, capazes de identificar os problemas que o telejornalismo apresenta na sua prática diária, devem ser estimulados a enxergar soluções, apontá-las, propondo uma reflexão para a mudança que desejamos.

Por isso, resolvemos analisar algumas reportagens exibidas pelo Jornal Nacional, da Rede Globo, que tratam do processo de cassação do presidente da Câmara Eduardo Cunha (PMDB), afastado de suas funções pelo Supremo Tribunal Federal (STF), antes mesmo do Conselho de Ética admitir a quebra de Decoro Parlamentar e que renunciou a presidência da Câmara de Deputados. Cunha era acusado de mentir para os colegas num depoimento feito à CPI da Petrobras. Afirmou não ter conta no exterior e logo depois se descobriu que o parlamentar tinha dinheiro guardado em um *trust*, tipo de conta que ele e sua família controlavam.

Na análise textual das reportagens sobre a atuação do Conselho de Ética, destacamos, inicialmente, a atividade jornalística capaz de interpretar os movimentos do presidente Eduardo Cunha e aliados para tentar barrar o avanço do processo de cassação. Um processo que durou oito meses, acompanhado de perto pelo telejornal, que buscou, além de enfatizar as manobras parlamentares, explicar, de maneira pedagógica, por meio do que chamamos de *operadores didáticos*, o desenrolar dos fatos.

Para essa pequena reflexão, escolhemos reportagens exibidas em três momentos. No dia 10 dezembro, quando o telejornal trouxe matéria sobre briga entre deputados no Conselho de Ética e quando explicou, em detalhes, como estava a análise o processo. Também escolhemos reportagens exibidas nos dias 16 e de 17 de fevereiro, quando os trabalhos do Conselho reiniciaram em 2016. Num último momento, matérias dos dias 13 e 14 de junho, a véspera e o dia no qual o relatório pedindo a cassação de Cunha foi aprovado pela Comissão. Os vídeos estão disponíveis no site da emissora.

Começamos com o dia 10 de dezembro. O JN exibiu duas reportagens sobre o processo que pedia a cassação de Cunha. Na primeira, mostrou um bate-boca entre deputados, que quase acaba soco e pontapé. Na reportagem, os jornalistas criticam o comportamento inadequado dos parlamentares num Conselho que analisa, justamente, o comportamento irregular de deputados. Usou falas do presidente da Comissão para reforçar sua intenção: *“Não posso aceitar o que aconteceu aqui, agora. Esse espetáculo deprimente para essa casa. É um absurdo o que aconteceu. Envergonha todos nós. Envergonha essa Casa, envergonha o Conselho de Ética”*. Foi o que disse o deputado José Carlos Araújo, PSD-BA.

Na reportagem, vemos também a intenção dos jornalistas de citar o nome dos envolvidos na confusão e de que lado eles estavam. A tentativa mostrar qual é o lugar de fala de cada parlamentar, ajuda não só a contar a história, mas torna mais transparente a cobertura. Na descrição, já é possível saber quem está do lado do presidente Cunha e quem está contra. O termo *manobra*, bastante usado, começa a representar ação de ambos os lados para prejudicar o desenrolar do processo. Resultado que, presumidamente, é interesse popular. Ajudando o telespectador a entender os motivos das defesas e ataques e facilitando para a construção de um juízo de valor.

Ao expor uma briga como aquela no Parlamento, um “espetáculo deprimente” para quem deveria dar exemplo, o telejornal também oferece à audiência combustível necessário à reflexão sobre sua representatividade política. Neste caso, sobre as relações de poder e interesses dos parlamentares. Não se trata apenas de exposição jocosa, mas de crítica, de construção da imagem. Quem não acompanhava o caso do presidente Cunha teria facilmente condições de tirar algumas conclusões, como: o processo estava demorado. Aliados de Cunha usavam as “regras legislativas” para protelar a análise, contrários ao presidente não conseguiam dar continuidade ao processo.

Em outra reportagem, exibida na mesma edição, uma espécie de “resumão” sobre o processo. Neste caso, com detalhamento, datas, artes, texto didático. Tudo num tom professoral. É como se o telejornal chamasse o telespectador e dissesse: “Ei, olha só, essa confusão toda é por isso”. Vimos uma preocupação editorial em explicar um processo que é complexo e possuem regras internas de difícil tradução.

Figura 3 – Roteiro processo (Cunha)

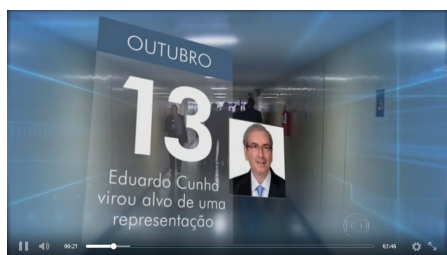


Figura 4 – Roteiro do processo (Relator)



Fonte: Rede Globo – reportagem veiculada no Jornal Nacional

O telejornalismo assume um papel importante na tentativa de traduzir os discursos “alheios”, neste caso político-jurídico, para que a população entendesse as acusações que pesavam sobre o presidente de uma das Casas Legislativas do país. Torna-se o elo do conhecimento dos políticos, sociólogos, filósofos com o cidadão comum (ALSINA, 2009). “O jornalista possui um papel social institucionalizado e legitimado na transmissão do saber cotidiano e age como tradutor do saber dos especialistas para o grande público” (ALSINA, 2009, p.269)

Nas reportagens do dia 16 e 17, observamos uma preocupação evidente: explicar como aliados de Cunha usaram normas do Regimento Interno da Câmara ao favor dele. Nesse caso, entendidas como manobras. Percebemos que não há apenas um relato simples dos fatos e de decisões dos parlamentares, mas uma tentativa de interpretar o objetivo de cada decisão do Conselho e de cada ação dos envolvidos. Um dos exemplos está no que se chama de “pedido de vista”, direito dado ao parlamentar que precisa de mais tempo para analisar os documentos. Mas, como outras medidas que geravam demora na votação já haviam sido requeridas, mais uma, foi vista pelos jornalistas como ato de procrastinação. A reportagem também ressalta que no relatório do processo foram inseridas duas novas denúncias. “Ter outras cinco contas bancárias no exterior e mentir que nunca esteve com Fernando Baiano, acusado de ser operador do PMDB, no esquema da Petrobras”, diz a repórter.

O jornalista, mesmo gerando um discurso dentro das limitações do sistema produtivo, expõe uma clara tentativa de seguir as normas éticas da ação jornalística. Não só ouvindo os vários lados, mas fazendo uma espécie de acareação jornalística, considerando dar não só o mesmo tempo de exposição, mas isonomia no debate. Veja que não estamos falando aqui em parcialidade ou objetividade, mas em pluralidade, exposição de argumentos e pontos de vistas de parlamentares a favor, contra, defesa do acusado.

Figura 5 – Cunha se defendendo

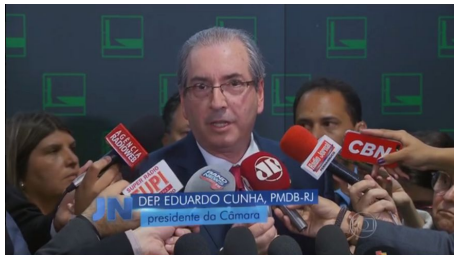


Figura 6 – Conselho de Ética na votação



Fonte: Rede Globo – reportagem veiculada no Jornal Nacional

Nas reportagens dos dias 13 de junho (véspera da votação) e 14 de junho (dia da votação no Conselho), vale destacar a preocupação do enunciador em esclarecer sobre a quantidade de votos necessários para a cassação, o que pesa contra o acusado e quais as relações que podem gerar a aprovação ou a recusa do relatório de cassação. A ação jornalística é diligente, questionadora e fiscalizadora. O tom crítico é adotado para ressaltar a anormalidade na demora no “julgamento”. Na mesma linha, no dia da votação, foram exibidas duas reportagens. Cada uma com mais de 4 minutos, totalizando 8 minutos e 58 segundos, junto com a chamada da matéria (cabeça), a reportagem propriamente dita e nota-pé (informações extras que não entraram na matéria). Neste caso, vale destacar forma cronológica de contar como aconteceu o processo de votação, intercalando informações que explicam como ele chegou até aqueles momentos. Acusações são ilustradas por meio de sonoras dos parlamentares e a defesa é feita também por meio de entrevistas de deputados aliados de Cunha e seu advogado. Percebe-se a preocupação com o didatismo narrativo, com passo a passo e busca de referenciais para fortalecer conclusões mais opinativas do repórter.

A luta pelo bem

Chegamos aqui para lembrar que o mal não está simplesmente no jornalismo ou na sua transposição para as telas, com efeito massivo, mas na maneira que se utilizam das

suas ferramentas, dando espaço aos silêncios que distorcem, falam e provocam muito barulho. Ou abrindo brechas para lutas particulares ou de grupos, gerando falsas sensações, criando realidades unilaterais em detrimento à pluralidade necessária. Aquela que nos leva a isenção exigida.

Os efeitos para o “mal” estão na ação enunciativa bitolada, no sujeito-jornalista rendido por ideais de suas organizações ou por seus fantasmas. A prática de um jornalismo sério, ético, que busca o caminho de um horizonte de verdade (superficialmente intocável) passa pelo ouvir e perceber que a frase mais forte talvez não seja a que represente melhor a realidade. Que o número gerador de uma boa manchete não tem explicação consistente que justifique a sua existência.

Passa pela luta diária e ininterrupta para entregar a sociedade um conteúdo referencial, ancorado em informações checadas, em desvios discursivos mínimos e sem a maquiagem personalista, empresarial. Entre a ciência e o senso comum temos exemplos de ação jornalística que transforma uma sociedade, dando a ela frutos para o bem ou para o mal. Nossa função na academia é ir além da condenação prática de jornalisismos amarrados à sua natureza política e econômica. Na verdade, acreditamos que exista um só Jornalismo. Aquele que busca a verdade. Quem a preocupação com o outro, com a Ética e a qualidade da informação, a verdade, a confiança. Não falamos em jornalismo público porque consideramos que toda a informação é pública. É um direito inalienável de homens e mulheres.

Esperamos que estas reflexões sobre os efeitos para o bem e para o mal do Jornalismo abram perspectivas para novas reflexões, novos debates e pesquisas sobre o Jornalismo hoje. Vamos continuar estudando as perspectivas do telejornalismo na educação e na formação de cidadãos e cidadãs. A luta entre o bem e o mal continua. Escolhemos o bem não só para torcer, mas para lutar por ele. O Jornalismo é uma utopia a ser perseguida diariamente. Dentro desse contexto, concluímos com Paulo Freire (1979): “O utópico não é o irrealizável; a utopia não é o idealismo, é a dialetização dos atos de denunciar a estrutura desumanizante e anunciar a estrutura humanizante. Por esta razão, a utopia é também um compromisso histórico”. Parafaseando o autor, o Jornalismo é utopia realizável de um compromisso histórico com a verdade, a ética, a liberdade e a democracia.

Referências

ALSINA, Miguel. **A construção da notícia**. Petrópolis: Vozes, 2009.

ANDERSON. **Comunidades Imaginadas**. São Paulo: Companhia Das Letras, 2008.

BERGER, P.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 2005a.

_____. **Modernidade, pluralismo e crise de sentido: a orientação do homem moderno**. Petrópolis: Vozes, 2005b.

BOURDIEU, P. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 1997.

COIMBRA, M.. **A mídia e sua imagem**. Carta Capital, São Paulo. Disponível em:
<http://www.cartacapital.com.br/revista/889/a-midia-e-sua-imagem> <Acesso em 24 jun de 2016>

COUTINHO, I.& MUSSE, C.F. Telejornalismo, narrativa e identidade: a construção dos desejos do Brasil no Jornal Nacional. In: **40 anos de telejornalismo em rede nacional olhares críticos**. VIZEU, A.; PORCELLO, F; COUTINHO, I. (Orgs). Insular Florianópolis, 2009.

EKSTRÖM, M. **The Validity of TV Journalism: Theoretical Starting Points for Critical Journalim Reserch**. London: Sage Publications, 2004.

FARRÉ, M. **El noticiero como mundo posible**. Buenos Aires: La Crujío Ediciones, 2004.

FREIRE, P. **Pedagogia da Indignação**. São Paulo: Editora Unesp,2000.

_____,P.,GUIMARÃES,S. **Sobre educação** (Diálogo- Volume 2) Rio : Paz e Terra, 1984.

_____, P. **Conscientização: teoria e prática da libertação**. Uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

GILBERTO, P. G. **Filosofia e ética da comunicação na midiatização**. São Leopoldo: Unisinos, 2006.

GIDDENS, A. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

GOMIS, L. **Teoría del periodismo: cómo se forma el presente**. México : Paidós, 1991.

MESQUITA, G. **Intervenho, logo existo: a audiência potente e as novas relações no Jornalismo**. 2014 . 170 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Univer. Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

MORAGAS, M. S. de.(Ed.) **Sociologia de la comunicación de masas II: estructura, funciones y efectos**. Barcelona: Gilli, 1985.

REDE GLOBO. Jornal Nacional: **Agressões físicas tumultuam sessão do Conselho de Ética**. Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/edicoes/2015/12/10.html#!v/4668269>
< Acesso em: 02 de jul. 2016>

Jornal Nacional: **Veja trajetória do processo que pode cassar o mandato de Eduardo Cunha**. Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/edicoes/2015/12/10.html#!v/4668270>
< Acesso em: 02 de jul. 2016>

Jornal Nacional: **Cunha é notificado do processo no Supremo que pede afastamento dele**. Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/edicoes/2016/02/16.html> < Acesso em: 02 de jul. 2016>

Jornal Nacional: **Conselho de Ética adia novamente votação do relatório sobre Cunha**. Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/edicoes/2016/02/17.html> < Acesso em: 02 de jul. 2016>

Jornal Nacional: **Pedido de cassação do mandato de Cunha deve ser votado na terça (14)** Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/edicoes/2016/06/13.html> <Acesso em: 02 de jul. 2016>

Jornal Nacional: **Conselho de Ética aprova cassação do mandato de Cunha**. Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/edicoes/2016/06/14.html> <Acesso em: 02 de jul. 2016>

Jornal Nacional: **Manifestações a favor do governo ocorrem em 55 cidades no país**. Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/03/manifestacoes-favor-do-governo-ocorreram-em-55-cidades-e-no-df.html> <Acesso em: 02 de jul. 2016>

Jornal Nacional: **Brasil teve atos em 337 cidades no domingo**. Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/03/brasil-teve-atos-em-337-cidades-no-domingo-13.html> < Acesso em: 02 de jul. 2016>

TRAVANCAS, I. **Juventude e televisão**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

VIZEU, A., CORREIA, J. A construção do real no telejornalismo: do lugar de segurança ao lugar de referência. In: VIZEU, A. **A sociedade do telejornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2008.